

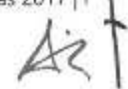


Relatório & Contas 2017



Índice

Mensagem da Administração	1
O Perfil da Infratróia	3
Quem Somos e Onde Estamos.....	3
Órgãos Sociais	4
Como Estamos Organizados	5
Missão, Visão e Valores	6
Política de Gestão	7
Fatos Relevantes.....	8
Indicadores Operacionais.....	10
Recursos Humanos	12
Investimentos.....	14
Indicadores Económico-Financeiros	15
Análise Económico-Financeira	16
Receitas	16
Custos com Pessoal	17
Gastos Gerais	18
Aplicação de Resultados	21
Demonstrações Financeiras	22
Balanço	22
Demonstração de Resultados por Natureza	23
Demonstração das alterações ao Capital Próprio	25
Demonstração de Fluxos de Caixa	26
Anexo às demonstrações financeiras.....	27
1. Identificação da entidade	27
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	28
3. Principais políticas contabilísticas:	29
4. Fluxos de caixa.....	38
5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	38
6. Ativos fixos tangíveis.....	38
7. Ativos intangíveis.....	40
8. Créditos a receber	41



9.	Impostos sobre o rendimento - diferidos e correntes	42
10.	Inventários	43
11.	Clientes	43
12.	Outros créditos a receber	44
13.	Diferimentos - ativos	44
14.	Capital Subscrito	44
15.	Reserva legal	45
16.	Outras Reservas	45
17.	Outras Variações no Capital Próprio	46
18.	Provisões	47
19.	Fornecedores	47
20.	Adiantamentos de Clientes	47
21.	Estado e Outros Entes Públicos	47
22.	Financiamentos obtidos	48
23.	Outras dívidas a pagar	48
24.	Diferimentos - passivos	49
25.	Rédito	49
26.	Divulgação de informação sobre gastos - fornecimentos e serviços externos	50
27.	Divulgação de informação sobre gastos - gastos com pessoal	51
28.	Divulgação de informação sobre gastos - imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	51
29.	Divulgação de informação sobre rendimentos - outros	52
30.	Divulgação de informação sobre gastos - outros	52
31.	Divulgação de informação sobre gastos - depreciações e amortizações	53
32.	Divulgação de informação sobre gastos - juros e gastos similares	53
33.	Partes relacionadas	53
34.	Informações exigidas por diplomas legais	54
35.	Eventos subsequentes	54
	Relatório e Parecer	55

Mensagem da Administração

O ano de 2017 ficou mais uma vez marcado pelo crescimento da atividade da Infratróia-Infraestruturas de Tróia, EM, que se refletiu num aumento de 9% no volume de Vendas e Serviços Prestados, tendo pela primeira vez ultrapassado 1,3 milhões de euros. Este crescimento teve por base o aumento do número de Clientes (+36) e o volume de água fornecida (+18%), com um forte contributo da água para rega (+13%) associado a um ano classificado como extremamente quente e seco.

Foi também um ano marcado pelo aumento do nível de investimentos (+10%) e por diversas iniciativas para a otimização da atividade, que se traduziram numa redução dos Gastos Gerais de 6% face a 2016. Este equilíbrio, na gestão dos recursos financeiros disponíveis, é confirmado pela manutenção dos indicadores de cobertura de Gastos Totais nos níveis recomendados para o sector pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR). Ainda no âmbito das recomendações da Entidade Reguladora - ERSAR, destacamos a entrada em vigor em 2017 do tarifário destinado a famílias numerosas e tarifário social.

Uma outra vertente considerada prioritária para a Infratróia, é a gestão eficiente dos recursos hídricos, tendo como foco na redução das perdas de água e do volume de água não faturada, com vista a alcançar os objetivos definidos no PEESAAR 2020. Neste âmbito, iniciámos em 2017 o projeto de telemetria, com a substituição integral do parque de contadores e a implementação de um piloto na área da UNOP1. Este projeto, será concluído durante o primeiro semestre de 2018, representando um investimento total de mais de 200 mil euros. Ao nível da rede de distribuição, foram realizadas pelas nossas equipas, diversas intervenções de manutenção em vários troços da rede de abastecimento de água, as quais continuarão a dar seguimento no corrente ano e serão um forte contributo para a melhoria do desempenho da rede e qualidade do serviço prestado.

O ano de 2017 ficou ainda marcado pelo investimento na modernização e na digitalização dos processos e sistemas de apoio à gestão, que permitirão uma maior agilidade da empresa e uma maior eficiência e capacidade de resposta, aproximando-nos cada vez mais das necessidades dos nossos Clientes. Entre outros investimentos, destacamos: i) a aquisição de novos módulos do software PHC, relevantes para a modernização administrativa da Infratróia, nomeadamente na gestão da informação e documentação; ii) o desenvolvimento de um sistema de gestão de ocorrências (GSO), que permitirá a todos os Clientes e utilizadores reportar e acompanhar detalhadamente o tratamento de eventuais anomalias; iii)

a disponibilização aos Clientes da opção de receção da fatura eletrónica; e iv) o desenvolvimento de um novo site institucional com informação acessível e balcão online.

Antecipando o desenvolvimento dos projetos na área de intervenção da Infratróia - Área de Desenvolvimento Turístico de Troia (ADTT) - e tendo como objetivo continuar a assegurar a qualidade e segurança do serviço prestado aos Clientes, foi tomada a decisão no final do ano de 2017 de antecipar a execução de uma nova captação de água e a aquisição de uma viatura de recolha de resíduos urbanos, sendo expectável que ambos os investimentos estejam operacionais até ao Verão de 2018.

Como projeto agregador de toda a nossa atividade e que envolveu toda a equipa da Infratróia ao longo do ano de 2017, foi com enorme satisfação e orgulho que no final do ano concretizámos com sucesso a auditoria de concessão da certificação do Sistema Integrado de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança. Este é, sem dúvida, um momento muito importante na história da Infratróia que, desta forma, reafirma o seu compromisso para com os seus Clientes e Colaboradores.

Em especial, neste ano, sendo o último do mandato desta Administração, pretendemos deixar um agradecimento particular aos nossos Clientes pela confiança nos serviços prestados e em especial aos Colaboradores da empresa, pelo seu empenho, competência e por terem abraçado os desafios propostos por esta Administração ao longo deste mandato, assegurando o cumprimento da nossa Missão e mantendo o foco na nossa Visão. Este compromisso, permitiu-nos colocar a Infratróia, EM num patamar mais elevado e acima de tudo garantir a prestação de um serviço público cada vez melhor e mais eficiente, estando assim o caminho delineado para o futuro.

Finalmente, agradecemos toda a colaboração dos restantes membros dos Órgãos Sociais da empresa, designadamente aos acionistas Município de Grândola e Troiaresort, SGPS, SA, à Mesa da Assembleia Geral, ao Fiscal Único e ao Revisor Oficial de Contas, que contribuíram para os resultados alcançados neste mandato e concretamente no ano de 2017.

O Perfil da Infratróia

Quem Somos e Onde Estamos

A **Infratróia** é uma empresa do setor empresarial local (SEL), de capitais maioritariamente públicos constituída em 12 de Abril de 2001, detida 74,1% pelo Município de Grândola e 25,9% pelo Troiaresort, SGPS SA.

O objeto social da Infratróia consiste na exploração de atividades de interesse geral e de promoção do desenvolvimento da Área de Desenvolvimento Turístico de Troia (ADTT), incluindo as atividades de:

- Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;
- Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

A 17 de Outubro de 2016 formalizou com o Município de Grândola o Contrato Programa e o Contrato de Gestão Delegada.

O Perfil da Infratróia

Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Fernando António de Oliveira Travassos, Presidente

Livia Fernandes Martins, Secretária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



José Aníbal Gomes Ferro De Carvalho, Presidente



Ricardo Miguel Da Costa, *Vogal*



João Pedro Pereira Nunes Madeira, *Vogal*

FISCAL ÚNICO

PWC - PRICEWATERHOUSECOOPERS & ASSOCIADOS - SROC, LDA

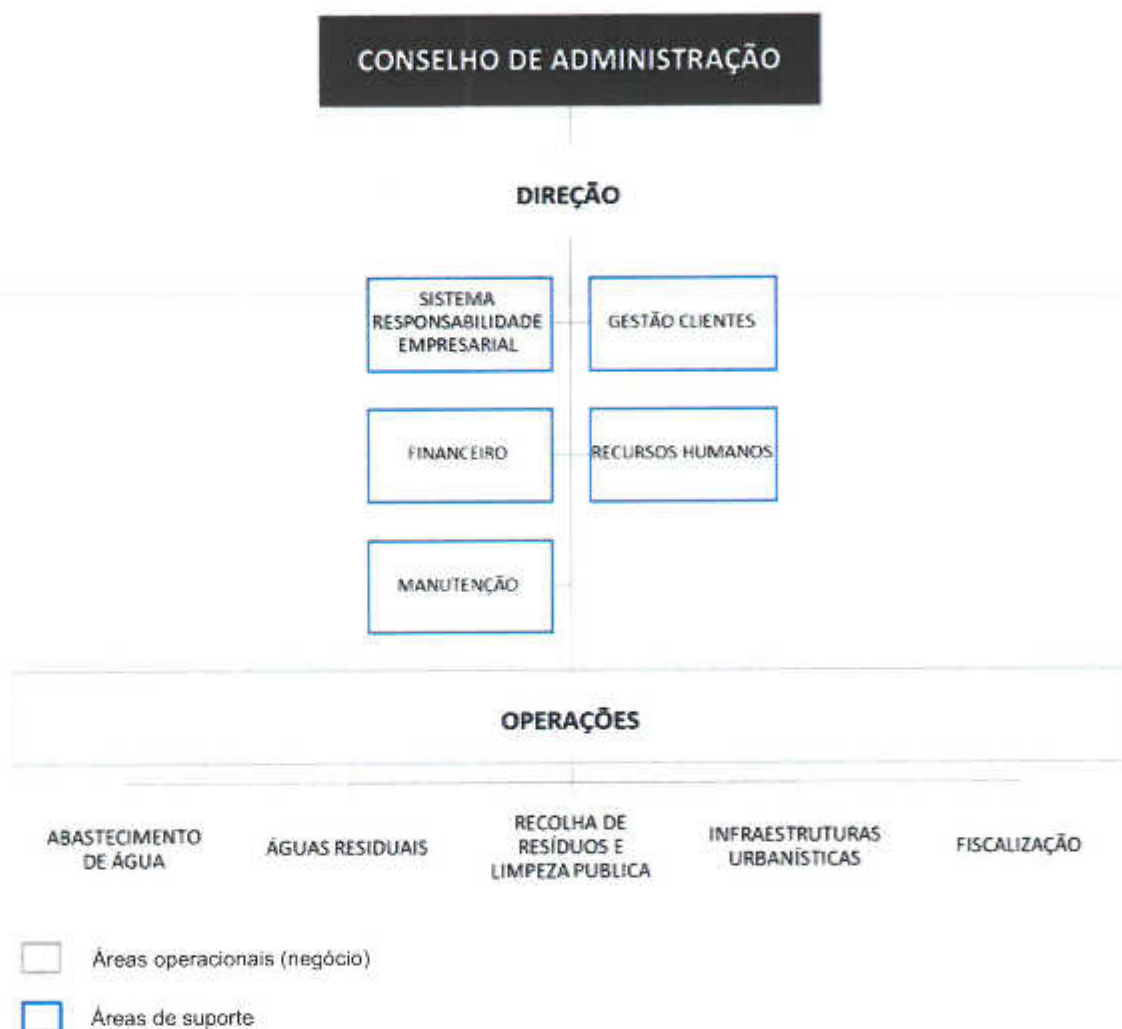
representada por Hermínio António Paulos Afonso

FISCAL ÚNICO SUPLENTE

José Pereira Alves

O Perfil da Infratróia

Como Estamos Organizados



Missão, Visão e Valores

A NOSSA MISSÃO

Prestar um serviço de qualidade orientado para o Cliente, num ambiente sustentável baseado em relações de Ética e Confiança, com Rigor e Competência na tomada de decisões que defendam o interesse dos bens públicos sob sua gestão, dos Sócios e dos seus Clientes, assegurando o uso sustentável dos recursos existentes e participando ativamente no desenvolvimento da Península de Tróia.

A NOSSA VISÃO

Sermos uma organização reconhecida pela excelência na prestação de serviços de qualidade na manutenção e gestão das infraestruturas e espaços públicos ou de uso público e uma referência de gestão público-privada.

OS NOSSOS VALORES

Ética

Confiança

Rigor

Competência

Política de Gestão

A **Política de Gestão** assume-se como o elemento orientador da atividade da **Infratróia**, estando os seus objetivos focados na satisfação dos Clientes, Sócios, Colaboradores e outras Partes Interessadas.

Neste âmbito, a Infratróia assume os seguintes compromissos:

- Assegurar que a Organização é reconhecida como uma entidade de referência na **gestão público-privada**
- Prestar o serviço de Água e Resíduos com **Qualidade, Fiabilidade e Segurança**, de forma **Sustentável** e praticando um preço justo
- Entender a **excelência operacional** na prestação de serviços e a importância da imagem da Organização no seu sucesso
- Promover a **proximidade** com o Cliente e com as Partes Interessadas, avaliando de forma sistemática as suas expectativas e necessidades
- Garantir uma **comunicação clara e objetiva** que permita aos Clientes e Colaboradores um conhecimento dos serviços, atividades, objetivos e desempenho da empresa
- Fomentar novas e melhoradas relações robustecendo a **competitividade** da Organização
- Perceber os **Recursos Humanos** como **alicerce** de todas as atividades e capacidades da Organização
- Promover o desenvolvimento das **competências individuais**, maximizando o seu desempenho e valorizando a **equipa**
- Garantir um ambiente de trabalho **seguro e saudável**, minimizando os riscos de acidente
- **Formar, informar e sensibilizar** os Colaboradores para que zelem pela Segurança, pelo Ambiente e pela Qualidade, atuando de forma consciente, ética e responsável
- Promover a **utilização eficiente dos recursos**, a prevenção da poluição e a minimização das emissões para o meio ambiente
- Avaliar o **desempenho** do Sistema de Gestão Integrado, estabelecendo e revendo os **objetivos** estabelecidos

A Infratróia, compromete-se em **melhorar continuamente** o seu Sistema de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança, cumprindo rigorosamente com os requisitos legais, regulamentares e normativos aplicáveis, na procura da excelência na sua atuação e da Qualidade dos Serviços.

Fatos Relevantes



A Infratróia-infraestruturas de Troia, EM, durante o ano de 2017 consolidou as iniciativas tomadas anteriormente, com vista à melhoria das condições operacionais e para a prestação de serviço com maior qualidade aos Clientes, de modo a dar resposta ao desenvolvimento da sua atividade e da Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), tendo encerrado o ano com um resultado operacional de 321 939 euros e um resultado líquido do exercício de 17 634 euros.

Durante o ano de 2017, a empresa reforçou a aposta no desenvolvimento das competências dos colaboradores, tendo promovido diversas ações de formação, entre as quais a formação básica de segurança – Tecnopass –, formação de agentes extintores, aplicador de produtos fitofarmacêuticos, manobrador de máquinas em obra e máquinas agrícolas e florestais e formação prática em resgate e uso Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em espaço confinado e trabalhos em altura.

A Infratróia marcou ainda presença no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento (ENEG 2017) e no 5º Fórum de Estacionamento. Esteve ainda presente através de um stand institucional na Edição de 2017 da Feira de Agosto de Grândola.

Com o objetivo de melhorar a comunicação e a divulgação da sua atividade junto dos seus Clientes e das outras partes interessadas, durante o ano de 2017, procedeu-se à renovação do site institucional da Infratróia. Simultaneamente foi disponibilizada aos Clientes a opção de fatura em formato eletrónico tendo ainda sido iniciado o projeto de criação de um balcão online que será disponibilizado no primeiro semestre de 2018.

Face aos novos desafios a Infratróia implementou, no segundo semestre de 2017, uma nova estrutura organizacional que envolveu a redefinição das áreas funcionais, tendo como objetivos garantir uma maior adequação e robustez das equipas e da organização.

No último trimestre do ano, iniciou-se a implementação do projeto de telemetria, que permitirá à Infratróia a monitorização dos consumos em tempo real e assim um melhor controlo dos abastecimentos, a deteção de eventuais perdas de água, de potenciais fontes de contaminação, de interligações e atos de vandalismo, de modo a salvaguardar a qualidade e segurança da água fornecida.

Este projeto foi dividido em duas fases, correspondendo a primeira à substituição integral do parque de contadores de água, com um investimento total de cerca de 58 mil euros.

A segunda fase, que correspondeu à concretização de um piloto deste projecto, contemplou a instalação de um sistema de telemetria nos contadores da UNOP1, com um investimento total de 75 mil euros.



Na área dos resíduos e da limpeza urbana, procedeu-se à aquisição de novos contentores para a recolha de resíduos e à substituição dos marcos de deposição das ilhas ecológicas e das papeleiras da UNOP1, com um investimento total de cerca de 50 mil euros.

No âmbito de iniciativas de inovação e digitalização dos serviços, foi iniciado um projeto com o conceito de *smart cities*, tendo como âmbito a comunicação e gestão de ocorrências operacionais. Este projeto, que permitirá aos Clientes reportar facilmente eventuais anomalias e acompanhar a evolução destes processos, dotará a Infratróia de uma ferramenta que auxiliará as equipas de manutenção a serem mais eficientes na resposta às necessidades de intervenção nos espaços públicos.

Também com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados, foi decidido, no último trimestre de 2017, iniciar os procedimentos de contratação de dois investimentos estruturantes para a atividade da Empresa, previstos no Contrato de Gestão Delegada, nomeadamente a aquisição de uma nova viatura de recolha de resíduos sólidos urbanos, equipada com grua e a execução de uma nova captação de água, tendo por objetivo a sua entrada em operação no início de 2018.

O ano de 2017 ficou ainda marcado, pela conclusão do processo de certificação da Infratróia em Qualidade, Ambiente e Segurança, de acordo com as normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e OHSAS 18001, atingindo-se um dos seus principais objetivos do ano. Esta meta veio consolidar o nosso compromisso para com os nossos Clientes e Colaboradores.

O ano terminou, como já vem sendo um hábito, com a realização do almoço de Natal que contou com a presença de toda a equipa e com a festa de natal para os filhos dos colaboradores onde num ambiente de grande convívio foram entregues prendas de Natal a todas as crianças.



Indicadores Operacionais



2 065 +36
Clientes



+8%
Adesão à fatura eletrónica

27
Reclamações



4
Elogios

100%
Respostas a reclamações dentro do prazo



1 781 +24%
mil m³ água captada



+18%
Consumo faturado

+8%
Água faturada de consumo humano

39 %
Perdas de água

0,18 kW
Consumo das captações/
m³ de água captada



0,65 kW

Consumo do sistema / m³
de água captada

- 12%

Km percorridos na
operação

0,39 kW

Consumo do sistema / m³
de água residual

- 5%

Litros combustível nas
viaturas operacionais

1 877 +32%

Toneladas de
resíduos recolhidos

8 litros

Combustível/ tonelada de
resíduos recolhida

-23%

Km percorridos na
recolha

455

Toneladas de resíduos
valorizados

-17%

Litros de gasóleo
consumido na recolha



Recursos Humanos

23



N.º Médio Colaboradores

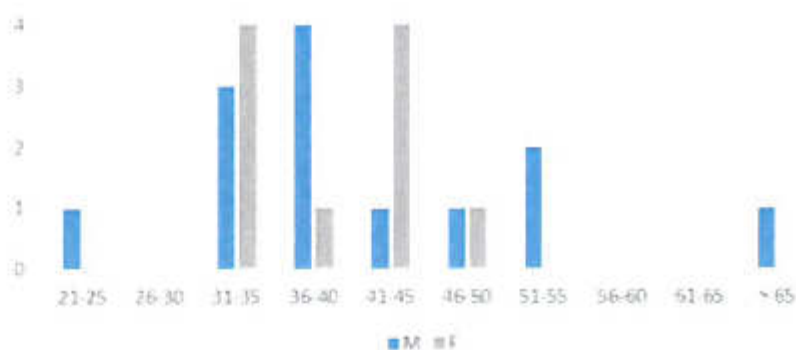
Gráfico 1. N.º de Colaboradores por Género



Gráfico 2. Antiguidade dos Colaboradores



Gráfico 3. N.º Colaboradores por faixa etária



994 >100%

Horas de Formação

43 >100%

N.º horas formação/
colaborador

100% +4pp

Grau de cobertura da
formação

94% +5pp

horas trabalhadas

Investimentos

Investimentos 2017	Valor (€)
Edifício e Outras Construções	0
Equipamento Administrativo	16 487
Equipamento Básico	192 435
Equipamento Transporte	0
Outros Ativos Fixos Tangíveis	0
Ativos Fixos Intangíveis	67 383
Total	276 305

Gráfico 4. Investimento (€)

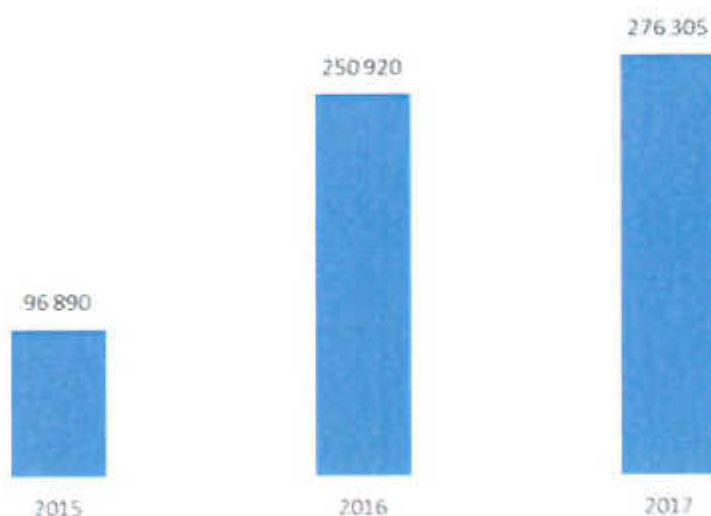


Gráfico 5. Procedimentos de Contratação Pública (N.º)



Indicadores Económico-Financeiros

Informação Operacional	2016	2017	Δ%
Nível atividade (m ³ faturados)	518	524	1%
Nº médio de trabalhadores	23	23	0%
Receita Casino de Troia (D.L. 229/2000, de 23 de Setembro)*	370	300	-19%
Informação Económica e Financeira	2016	2017	Δ%
Volume Negócios	1 228	1 337	9%
Outros Rendimentos e Ganhos	475	391	-18%
Custos com Pessoal	379	467	23%
Resultado Operacional Bruto (EBITDA)	264	322	22%
Resultado Líquido do exercício	67	16	-73%
Investimento Acumulado	1 341	1 617	21%
Amortizações Acumuladas	968	1 256	30%
Dívidas de utilizadores	116	78	-33%
Ativo Líquido	1 492	1 635	10%
Capital Próprio	635	653	3%
Gastos e Perdas de financiamento	1	0	-100%
Dívidas a instituições financeiras	17	6	-65%
Cobertura de Gastos Totais	2016	2017	
Abastecimento de Água	1,2	1,1	●
Saneamento	1,1	1,1	●
Resíduos Sólidos	1,0	1,0	●
Outras atividades	1,0	0,9	●
Fiscalização	0,2	0,4	●

Valores em milhares

Desempenho económico e financeiro	Critérios ERSAR		Apreciação 2017-2016	2016	2017	Δ%
	Mediano	Bom				
Margem de Exploração (%)	>15%	>30%	23%	21%	24%	3
Autonomia financeira (%)	>10%	>20%	41%	43%	40%	-3
Grau de Capitalização (%)	>10%	>20%	257%	254%	260%	6
Prazo médio de recebimento	<120d	<60d	28	34	21	-13
Prazo médio de pagamentos	<120d	<60d	133	116	150	34

O prazo médio de pagamento aumentou devido aos gastos incorridos no final do ano, cujas faturas ainda não se encontravam vencidas.

Margem de Exploração: EBITDA/Volume de Negócios (não inclui imputação de Clientes)

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo

Grau de Capitalização: Capital Próprio/ Capital Realizado

Prazo Médio de Recebimento: Clientes Conta Corrente + Títulos a Receber/Vendas + Prestações de Serviços/365

Prazo Médio de Pagamento: Dívida a fornecedores/ Gastos Gerais/ 365

Analise Económico-Financeira

A análise económica e financeira que se apresenta resume os resultados alcançados pela Empresa em 2017, a qual deve ser complementada com as demonstrações financeiras do exercício, apresentadas nas notas anexas às demonstrações financeiras.

Receitas

O aumento de 9% no volume de negócios face a 2016, foi influenciado pelo aumento do volume de água faturada e pelo aumento do número de Clientes.

Na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, registou-se um decréscimo de 17% face ao período homólogo, devido essencialmente redução da verba prevista pela Granosalis a título de contrapartida, de acordo com Decreto-Lei nº 229/2000.

Gráfico 6. Evolução anual das receitas (€)

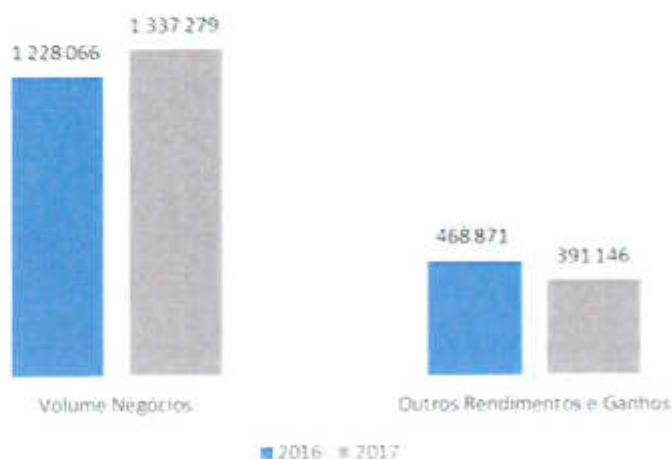
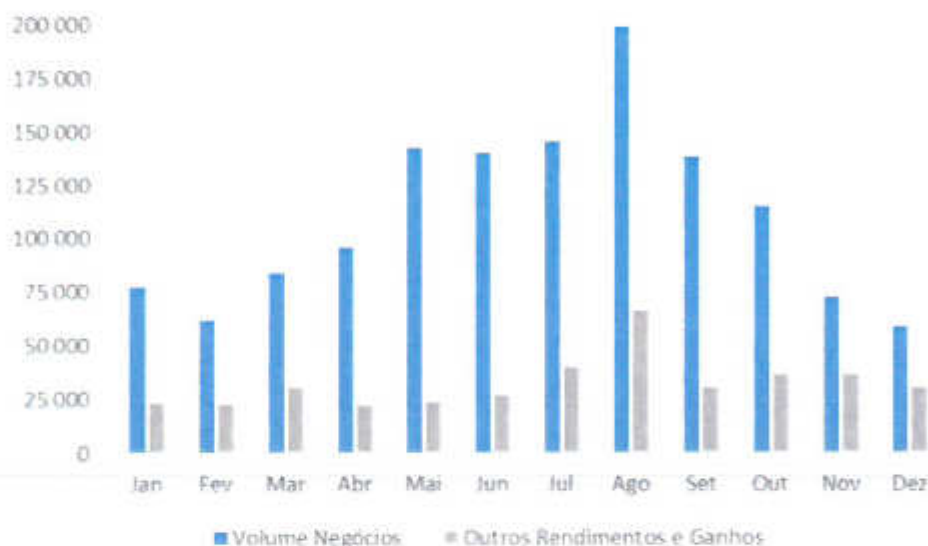


Gráfico 7. Evolução mensal das receitas no ano 2017 (€)



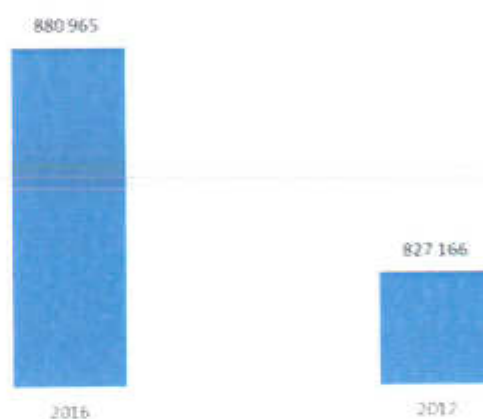
Custos com Pessoal

A empresa, a 31 de dezembro de 2017, apresentou um aumento de custos de pessoal de 23% face ao ano anterior, sendo este aumento justificado pela: i) contratação de colaboradores para reforço das equipas na época sazonal, em alternativa à contratação de trabalho temporário que ocorreu em 2016; ii) aumento do número de ações e cobertura da formação dos colaboradores e desenvolvimento das competências das equipas; iii) novo custo decorrente da aplicação do método de capitação nos termos do artigo 144º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro para comparticipação da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS); iv) pagamento de indemnização relativa à extinção de um posto de trabalho em consequência do reajuste efetuado na estrutura da organização; e v) concursos internos devido à nova estrutura organizacional.

Gastos Gerais

A Infratróia apresentou, a 31 de dezembro de 2017, um decréscimo de 6% nos Gastos Gerais face a 2016, conforme detalhado nas demonstrações financeiras (pág. 20).

Gráfico 7. Evolução dos Gastos Gerais (€)



Esta redução resultou da implementação de medidas de eficiência na operação, com destaque para a redução em 12% na rubrica de Trabalhos Especializados, que entre outros custos reflete a não contratação de trabalho temporário.

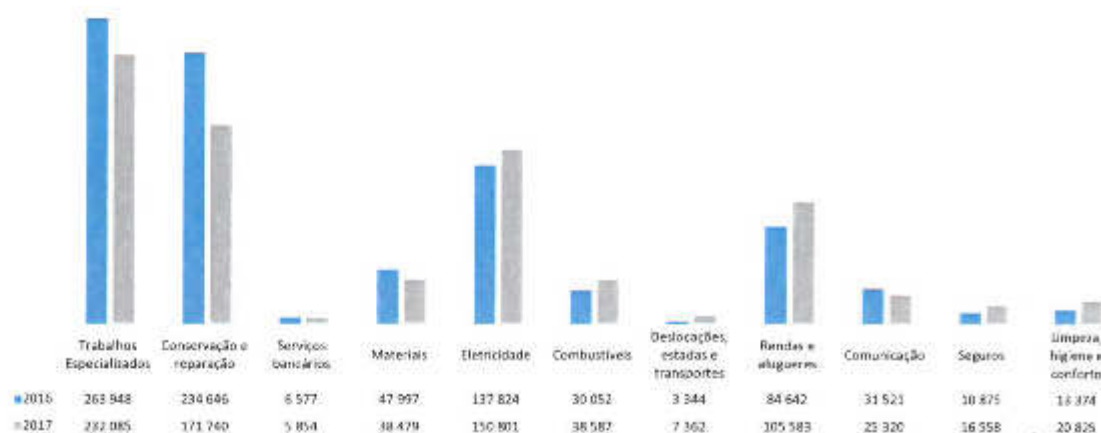
Foi ainda efetuado um ajustamento no planeamento dos trabalhos, que permitiram, sem afetarem a qualidade dos serviços prestados, uma maior utilização dos meios próprios da Empresa e a redução da contratação externa, refletindo-se estas medidas numa redução em 27% na rubrica de Conservação e Reparação e 20% em Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido.

Ainda no âmbito das eficiências operacionais, assinala-se a redução em 20% na rubrica de Comunicações, em resultado de um novo contrato, iniciado em janeiro de 2017, e pelo impacto decorrente do investimento de instalação de antenas WI-FI nas instalações operacionais, com a consequente eliminação de custos de comunicação nestes pontos.

Registaram-se no entanto aumentos de custos em algumas rubricas, maioritariamente decorrente da implementação de ações desenvolvidas no final de 2016 que se refletiram já em 2017, nomeadamente:

- i. Aumento 28% em Combustíveis, devido à circulação das viaturas de passageiros para transporte dos colaboradores;
- ii. Aumento de 25% em Rendas e Aluguers consequência do aumento da renda referente ao Contrato de Gestão Delegada, associada ao aumento do volume de negócios, e pelo aluguer operacional das viaturas referidas na alínea anterior;
- iii. Aumento superior a 100% em deslocações, estadas e transportes, devido à introdução nesta rubrica dos custos referentes aos transportes dos contentores de resíduos, anteriormente considerados noutra rubrica.
- iv. Aumento de 56% em Limpeza, Higiene e Conforto devido aos Serviços de higienização das fardas dos colaboradores e limpeza das instalações operacionais, cujo início efetivo apenas ocorreu em 2017.
- v. Aumento de 9% na eletricidade decorrente do aumento do custo unitário da energia e do aumento do nível da atividade na captação e na distribuição.
- vi. Aumento superior a 100% na Publicidade e Propaganda devido à participação para promoção da atividade da Empresa na Feira de Agosto em Grândola.
- vii. Aumento de 52% em Seguros, em resultado de em 2016 não terem sido considerados a totalidade dos custos que se encontram agora em correções ao exercício anterior.

Gráfico 7. Evolução dos Gastos Gerais mais significativos (€)



No âmbito das suas funções, a gestão reviu cuidadosamente o risco de liquidez, tendo a expectativa que conseguirá assegurar a liquidez necessária à prossecução do seu objetivo, contando para o efeito com o apoio dos seus acionistas sempre que necessário.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

Nos termos do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face aos elementos fornecidos pelos elementos que compõem os Órgãos de Administração e Fiscalização da sociedade, que nenhum deles, possui ações ou obrigações emitidas pela sociedade.

Nos termos e para os efeitos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se, face às comunicações dos acionistas abaixo relacionados, que as participações no capital da sociedade são as seguintes:

Acionista	Participação	N.º Ações
Câmara Municipal de Grândola	74,10 %	37 050
Troiaresort SGPS, SA	25,90 %	12 950

Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, nos termos do artigo 19º dos Estatutos da INFRATRÓIA e do artigo 66º, nº 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de **17 633,50 euros**, em Reservas Livres.

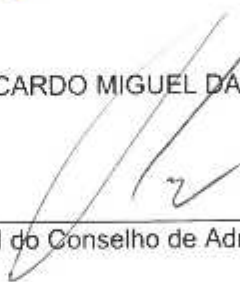
Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos significativos, após 31 de dezembro de 2017 e até à presente data que necessitem por este facto de serem divulgados ou ajustados.


JOSÉ ANÍBAL GOMES FERRO DE CARVALHO


Presidente do Conselho de Administração

RICARDO MIGUEL DA COSTA


Vogal do Conselho de Administração

JOÃO PEDRO PEREIRA NUNES MADEIRA


Vogal do Conselho de Administração

Tróia, 19 de Março de 2018

Demonstrações Financeiras

Balanço

Período findo a 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31-12-2017	31-12-2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis	6	295.686	369.012
Ativos Intangíveis	7	65.311	3.714
Créditos a Receber	8	1.721	431
		362.718	373.157
Ativo corrente			
Inventários	10	228	234
Clientes	11	77.527	115.847
Estado e Outros Entes Públicos	21	66.561	30.355
Outros Créditos a Receber	12	309.415	270.720
Diferimentos	13	6.275	27.731
Caixa e Depósitos Bancários	4	812.576	673.530
		1.272.582	1.118.416
TOTAL DO ATIVO		1.635.300	1.491.573
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Subscrito	14	250.000	250.000
Reservas Legais	15	55.537	42.093
Outras Reservas	16	302.524	248.746
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio	17	26.809	27.265
		634.870	568.105
Resultado Líquido do Período		17.634	67.222
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		652.503	635.326
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	18	21.419	16.608
Financiamentos Obtidos	22	-	6.900
Passivos por Impostos Diferidos	9	5.516	5.637
		26.935	29.146
Passivo corrente			
Fornecedores	19	349.482	294.530
Adiantamentos de Clientes	20	1.154	1.154
Estado e Outros Entes Públicos	21	21.368	35.199
Financiamentos Obtidos	22	5.547	9.696
Outras Dívidas a Pagar	23	577.484	485.696
Diferimentos	24	825	825
		955.861	827.101
TOTAL DO PASSIVO		982.796	856.247
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		1.635.300	1.491.573

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração de Resultados por Natureza

Período findo a 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	25	1.337.279	1.228.362
Subsídios à exploração		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 342	- 161
Fornecimentos e serviços externos	26	- 827.166	- 880.965
Gastos com o pessoal	27	- 466.643	- 378.646
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	28	218	2.963
Provisões (aumentos/reduções)	18	- 4.811	- 16.608
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Outros rendimentos	29	390.873	468.575
Outros gastos	30	- 107.470	- 159.383
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		321.939	264.136
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31	- 287.979	- 156.723
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.960	107.414
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	32	- 304	- 1.248
Resultado antes de impostos		33.656	106.166
Imposto sobre o rendimento do período	9	- 16.023	- 38.944
Resultado líquido do período		17.634	67.222

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração das alterações ao Capital Próprio

Período findo a 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2017		250.000	42.093	248.746	27.265	67.222	635.326
2 - ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intang. e respectivas variações							0
Ajustamentos por impostos diferidos							0
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-456		-456
		0	0	0	-456	0	-456
3 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						17.634	17.634
4 - RESULTADO INTEGRAL (2+3)					-456	17.634	17.177
5 - OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0
Realizações de prémios de emissão							0
Distribuições							0
Entradas para cobertura de perdas							0
Aplicação do Resultado Líquido 2016			13.444	53.778		67.222	0
Outras operações							0
		0	13.444	53.778	0	-67.222	0
6 - POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2017 (1+2+3+5)	14	250.000	55.537	302.524	26.809	17.634	652.503

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração das alterações ao Capital Próprio

Período findo a 31 de dezembro de 2016

(Montantes expressos em Euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
1 - POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2016		250.000	39.696	239.155	20.401	11.988	561.241
2 - ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Excedentes de revaloriz. de activos fixos tangíveis e intang. e respectivas variações							0
Ajustamentos por impostos diferidos					6.864		6.864
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		0	0	0	6.864	0	6.864
3 - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						67.222	67.222
4 - RESULTADO INTEGRAL (2+3)					6.864	67.222	74.086
5 - OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Realizações de capital							0
Realizações de prémios de emissão							0
Distribuições							0
Entradas para cobertura de perdas			2.398	9.591		-11.988	0
Aplicação do Resultado Líquido 2015							0
Outras operações		0	2.398	9.591	0	-11.988	0
6 - POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO DE 2016 (1+2+3+5)	14	250.000	42.093	248.746	27.265	67.222	635.326

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Demonstração de Fluxos de Caixa

Período findo a 31 de dezembro de 2017

(Montantes expressos em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2017	2016
Fluxos de Caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.408.929	1.234.590
Pagamentos a fornecedores		- 1.144.499	- 1.005.305
Pagamentos ao pessoal		- 415.225	- 374.341
Caixa gerada pelas operações		- 150.795	- 145.055
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento		- 54.136	- 21.846
Outros recebimentos / pagamentos	4	526.068	598.462
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		429.409	475.252
Fluxos de Caixa das atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 214.121	- 244.737
Ativos intangíveis		-	- 6.184
Investimentos financeiros		- 1.290	- 275
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		3.690	11.346
Juros e rendimentos similares		19	
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 211.702	- 239.849
Fluxos de Caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			173
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		- 11.049	- 33.244
Juros e gastos similares		- 304	- 1.248
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		- 11.353	- 34.318
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		206.353	201.085
Caixa e seus equivalentes no início do período		673.605	472.520
Caixa e seus equivalentes no fim do período		812.576	673.605

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Anexo às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

INFRATROIA - Infraestruturas de Tróia. E.M.

Sede: Rua da Aroeira – Tróia – 7570-789 Carvalhal GDL

Pessoa Coletiva n.º: 505263963

Capital Social: 250 000€ (Duzentos e cinquenta mil euros)

A INFRATRÓIA – Infraestruturas de Tróia, EM, é uma empresa municipal de capitais maioritariamente públicos, constituída a 12 de Abril de 2001 nos termos previstos no regime jurídico do setor empresarial local (aprovado pela Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro, a qual foi substituída pela Lei n.º 50 /2012, de 31 de Agosto). É dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tendo adotado a forma de sociedade anónima.

A Empresa rege-se pela Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, pela lei comercial aplicável às sociedades anónimas, pelos presentes estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado.

O objeto da INFRATRÓIA compreende as atividades de realização, manutenção e gestão de serviços de interesse geral e de promoção do desenvolvimento local na Área de Desenvolvimento Turístico de Tróia (ADTT), delegadas, nomeadamente as seguintes:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e a gestão urbana na ADTT, incluindo a gestão, manutenção e conservação da iluminação pública, da rede viária, dos espaços verdes e do mobiliário urbano;
- b) Gestão urbana na ADTT, incluindo emissão de permissões, fiscalização e aplicação de sanções em matéria de publicidade, de ocupação do espaço público e da via pública, por motivo de obras ou outros, e de ruído, bem como a gestão das áreas de recreio e lazer;
- c) Promoção e gestão de equipamentos coletivos na ADTT, designadamente equipamentos desportivos;
- d) Gestão e manutenção dos sistemas de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem assim como a prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, na ADTT;
- e) Limpeza pública na ADTT, incluindo a limpeza de praias;

- f) Promoção, gestão e fiscalização do estacionamento público urbano na ADTT, designadamente a fiscalização dos parques e zonas de estacionamento público, incluindo os de duração limitada, e dos arruamentos integrados na ADTT e manutenção da respetiva sinalização.

A delimitação da ADTT está definida no Plano de Urbanização de Tróia, ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros 23/2000 e alterado pela Deliberação 1240/2011.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, sendo esta a divisa igualmente a moeda funcional da Empresa, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas em conformidade com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de retificação nº67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº20/2010, de 23 de agosto.

O Sistema de Normalização Contabilística foi alterado em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso n.º 8256/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de janeiro de 2016, o qual, não originou efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2017 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2016.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que pudessem produzir efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas. Todas as rubricas são comparáveis com o exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da INFRATRÓIA, relativamente à sua atividade, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis as atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os bens são depreciados em função das respetivas vidas úteis estimadas, as quais são determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho, baseada na experiência com ativos semelhantes. Os fatores considerados na determinação da vida útil dos ativos da INFRATRÓIA são os seguintes:

- Uso esperado do ativo, que é avaliado por referência à capacidade ou produção física esperadas dos ativos, e
- Desgaste normal esperado.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens ficam disponíveis para serem utilizados.

As depreciações são calculadas de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A vida útil estimada para os principais grupos de bens da INFRATRÓIA é a seguinte:

	Vida útil estimada
Equipamento básico	8 a 15
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	8

Para os elementos do ativo sujeitos a depreciação, cujos custos unitários de aquisição não ultrapassem 1.000 euros, considera-se como período máximo de vida útil, 1 ano, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado como um todo.

As vidas úteis e o método de amortização dos bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração de resultados por natureza.

As despesas de conservação e reparação que aumentem a vida útil dos ativos e resultem em benfeitorias ou melhorias significativas são registadas como ativos fixos tangíveis.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultante da venda ou abate, é determinado pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registado na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.3. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados a propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

3.4. Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre:

- (i) O justo valor deduzido de custos para vender e
- (ii) O valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.5. Ativos e Passivos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF27 Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Ao custo ou custo amortizado e
- (ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida: e

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes créditos a receber não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes créditos a receber não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

d) Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício, ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas são apresentadas a deduzir a rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se os créditos a receber classificados como "Outros investimentos financeiros".

O montante registado nesta rubrica diz respeito as contribuições da Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT); um (fundo de capitalização individual obrigatório, para contratos iniciados a partir de 1 de Outubro 2013 e que visa garantir o pagamento até metade das compensações devidas por cessação de contrato de trabalho.

O justo valor é determinado com base na informação disponibilizada pela entidade gestora do fundo, Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., que tem como base o montante das entregas feitas e a valorização da conta do empregador, nos últimos 12 meses.

Os créditos a receber incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais créditos a receber encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os créditos a receber mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados a respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os créditos a receber mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Empresa desreconhece créditos a receber apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses créditos a receber e todos os riscos e benefícios significativos associados a posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.6. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas, dos ativos subsidiados.

3.7. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

3.8. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.9. Imposto sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expetativas razoáveis de

lucros fiscais futuros, suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expetativas quanto à sua utilização futura.

3.10. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, e é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11. Periodizações

As transações são reconhecidas contabilisticamente quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a Receber e a Pagar e Diferimentos.

3.12. Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.13. Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas

após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.14. Gestão de Risco Financeiro

O objetivo principal da gestão de risco financeiro é apoiar a Empresa na prossecução da sua estratégia de longo prazo, procurando reduzir os riscos financeiros indesejados, a volatilidade associada e tentando mitigar eventuais impactos negativos nos seus resultados de tais riscos. A atitude da Empresa em relação aos riscos financeiros é conservadora e prudente, e quando são utilizados instrumentos derivados para cobrir determinados riscos relacionados com a atividade operacional da Empresa, não contrata, por política, derivados ou outros instrumentos financeiros para fins especulativos ou que não estejam relacionados com a sua atividade.

- a) **Risco taxa de juro** - A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando consequentemente variações de caixa.
- b) **Risco de Taxa de Câmbio** - A totalidade das transações da Sociedade é denominado em Euros pelo que não existe qualquer exposição a este risco.
- c) **Risco de Crédito** - O risco de crédito é definido como a probabilidade de ocorrer um prejuízo financeiro resultante do incumprimento de obrigações contratuais de pagamento de uma contraparte. O risco de crédito na Empresa, resulta maioritariamente
 - (i) dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional e
 - (ii) do seu relacionamento com Instituições financeiras, no decurso normal da sua atividade.

A empresa não tem concentração significativa de risco de crédito uma vez que as políticas em vigor asseguram que as vendas são efetuadas para clientes com um adequado historial de crédito.

O risco de crédito está associado ao potencial incumprimento, por parte de Instituições financeiras, com as quais a Empresa tenha contratado, no decurso normal das suas operações, depósitos a prazo, depósitos à ordem e instrumentos financeiros derivados. A empresa só executa operações com contrapartes que

tenham sido selecionadas de acordo com o prestígio e reconhecimento nacional e/ou internacional, baseada nas respetivas notações de rating, reduzindo o risco de crédito a que se expõe.

- d) **Risco de liquidez** - No âmbito das suas funções, a gestão reviu cuidadosamente o risco de liquidez, tendo a expectativa que conseguirá assegurar a liquidez necessária à prossecução do seu objetivo. Assim, consideramos que o risco de liquidez afigura-se reduzido e para este efeito é importante referir que o Conselho de Administração está convicto que conta com o apoio dos seus acionistas sempre que necessário.

4. FLUXOS DE CAIXA

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 é a seguinte:

Rubricas	Saldo em	Saldo em	Variação
	31/12/2016	31/12/2017	
Caixa	1.000,00	998,90	-1,10
Depósitos à Ordem	522.529,65	811.576,96	289.047,31
Depósitos a Prazo	150.000,00		-150.000,00
Total	673.529,65	812.575,86	139.046,21

A rubrica de Outros Recebimentos dos Fluxos de caixa das atividades operacionais integra o montante de 280.325,22 euros relativo a recebimentos do Casino de Tróia, em conformidade com o disposto na alínea a) do nº 1 da cláusula 5ª do DL nº 229/2000.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não foram efetuadas alterações de políticas contabilísticas.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos fixos tangíveis foram os seguintes:

2017

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo inicial 31-12-2016	Aquisições	Transf's Abates e Alienações	Saldo Final 31-12-2017
Edifícios e Out. Construções	51.258,19			51.258,19
Equipamento Básico	923.501,53	192.434,98	-329,82	1.115.606,69
Equipamento Transporte	237.083,91			237.083,91
Equipamento Administrativo	94.264,42	16.487,02		110.751,44
Outros ativos fixos tangíveis	28.926,06		-124,99	28.801,07
Total	1.335.034,11	208.922,00	-454,81	1.543.501,30

Depreciações Acumuladas	Saldo inicial 31-12-2016	Depreciações Exercício	Abates e Alienações	Saldo Final 31-12-2017
Edifícios e Out. Construções	39.764,80	4.409,36		44.174,16
Equipamento Básico	591.241,54	256.557,08	-329,82	847.468,80
Equipamento Transporte	223.989,27	7.229,30		231.218,57
Equipamento Administrativo	85.759,39	13.130,95		98.890,34
Outros ativos fixos tangíveis	25.267,17	867,06	-70,63	26.063,60
Total	966.022,17	282.193,75	-400,45	1.247.815,4

Valor líquido	Saldo inicial 31-12-2016	Saldo Final 31-12-2017
Total	369.011,94	295.685,83

2016

Ativos Fixos Tangíveis	Saldo inicial 31-12-2015	Aquisições	Transf's Abates e Alienações	Saldo Final 31-12-2016
Edifícios e Out. Construções	49.848,19	1.410,00		51.258,19
Equipamento Básico	701.143,37	222.358,16		923.501,53
Equipamento Transporte	237.083,91			237.083,91
Equipamento Administrativo	78.716,08	15.548,34		94.264,42
Outros ativos fixos tangíveis	23.506,05	5.420,01		28.926,06
	1.410,00		1.410,00	0,00
Total	1.090.297,60	244.736,51	0,00	1.335.034,11

Depreciações Acumuladas	Saldo inicial 31-12-2015	Depreciações Exercício	Abates e Alienações	Saldo Final 31-12-2016
Edifícios e Out.	24.833,35	14.931,45		39.764,80
Construções				
Equipamento Básico	502.524,15	88.717,39		591.241,54
Equipamento Transporte	195.597,83	28.391,44		223.989,27
Equipamento Administrativo	69.216,79	16.542,60		85.759,39
Outros ativos fixos tangíveis	19.597,13	5.670,04		25.267,17
Total	811.769,26	154.252,92	0,00	966.022,17

Valor líquido	Saldo inicial 31-12-2015	Saldo Final 31-12-2016
Total	278.528,34	369.011,94

As depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis foram calculadas atendendo à capacidade ou produção física esperadas dos ativos e foram registadas em Gastos de Depreciações (Nota nº 31).

Em 31 de Dezembro de 2017 a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

Ativos	Custo de Aquisição	Valor Líquido a 31/12/2016	Depreciações Exercício	Valor Líquido a 31/12/2017
Equipamento Transporte	237.083,91	13.094,64	7.229,30	5.865,34
Total	237.083,91	13.094,64	7.229,30	5.865,34

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos intangíveis foram os seguintes:

2017

Ativos Intangíveis	Saldo inicial 31-12-2016	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-12-2017
Programas de Computador	6.183,63	67.382,50		73.566,13

Total	6.183,63	67.382,50	0,00	73.566,13
--------------	-----------------	------------------	-------------	------------------

	Saldo inicial	Amortizações		Saldo Final
Amortizações Acumuladas	31-12-2016	Exercício	Diminuições	31-12-2017
Programas de Computador	2.469,82	5.784,85		8.254,67
Total	2.469,82	5.784,85	0,00	8.254,67

	Saldo inicial	Saldo Final
Valor líquido	31-12-2016	31-12-2017
Total	3.713,81	65.311,46

2016

Ativos Intangíveis	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	31-12-2015			31-12-2016
Programas de Computador	0,00	6.183,63		6.183,63
Total	0,00	6.183,63	0,00	6.183,63

Amortizações Acumuladas	Saldo inicial	Amortizações	Diminuições	Saldo Final
	31-12-2016	Exercício		31-12-2016
Programas de Computador		2.469,82		2.469,82
Total	0,00	2.469,82	0,00	2.469,82

Valor líquido	Saldo inicial	Saldo Final
	31-12-2015	31-12-2016
Total	0,00	3.713,81

As depreciações do exercício dos ativos intangíveis foram calculadas atendendo à capacidade ou produção física esperadas dos ativos e foram registadas em Gastos de Amortizações (Nota nº 31)

8. CRÉDITOS A RECEBER

Os Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

Créditos a Receber	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	31-12-2016			31-12-2017
Fundo Compensação Trabalho	431,00	1.426,63	-136,99	1.720,64
Total	431,00	1.426,63	-136,99	1.720,64

O FCT é um fundo de capitalização individual, financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais, aplicável a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013. Estas contribuições constituem uma poupança a que estas se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito, na sequência da cessação do contrato de trabalho. O valor da contribuição da entidade empregadora é de 0.925% da retribuição base e diuturnidades, devidas a cada trabalhador abrangido.

9. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO - DIFERIDOS E CORRENTES

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Adicionalmente acresce da Derrama até a taxa de 1,4% sobre o resultado tributável e não isento de IRC, resultando numa taxa agregada máxima de 22,4%.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é detalhado conforme se segue:

Rubricas	2016	2017
Resultado antes de imposto	106.165,73	33.656,46
Gastos não dedutíveis	48.337,62	780,57
Correções relativas a períodos anteriores	-535,33	11.940,72
Excesso estimativa de imposto	-627,42	
Lucro Tributável	153.340,60	46.377,75
Taxa de imposto	21%	21%

Rubricas	2016	2017
Coleta	32.201,53	9.739,33
Tributação autónoma	4.595,83	5.634,34
Derrama	2.146,81	649,29
Imposto corrente do ano	38.944,17	16.022,96
Imposto Diferido	0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período	38.944,17	16.022,96
Taxa efetiva de imposto	36,68%	47,61%

O detalhe dos passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, resultantes de diferenças temporárias entre os valores contabilísticos e tributáveis, e os movimentos ocorridos no exercício de 2017 foram os seguintes:

Rubrica	Impostos Diferidos Passivos 2016	Impostos Diferidos Passivos 2017
Saldo Inicial	6.828,56	5.637,26
QREN-Passadiço	-1.191,30	-1.191,24
Fundo Ambiental		1.070,01
Saldo Final	5.637,26	5.516,03

10. INVENTÁRIOS

Os Inventários em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 eram os seguintes:

Inventários	2016	2017
Selos de correio	233,78	227,68
Total	233,78	227,68

O custo das vendas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 341,59 euros.

11. CLIENTES

Decomposição da rubrica de clientes em 31 de dezembro de 2017 e comparativo com 2016:

Rubrica	Saldos a 31-12-2016	Saldos a 31-12-2017	Variação
Clientes	177.930,03	139.392,87	-38.537,16
Imparidades	-62.083,45	-61.865,43	218,02
Saldo	115.846,58	77.527,44	-38.319,14

12. Outros Créditos a Receber

Decomposição da rubrica de Outros Créditos a Receber em 31 de dezembro de 2017 e seu comparativo com 2016:

Outros Créditos a Receber	Saldos a	Saldos a	Variação
	31-12-2016	31-12-2017	
Devedores por acréscimos de rendimentos	250.000,00	270.000,00	20.000,00
Devedores diversos	8.453,52	30.554,61	22.101,09
Adiantamentos a fornecedores	11.836,15	8.346,56	-3.489,59
Pessoal	430,37	513,69	83,32
Total	270.720,04	309.414,86	38.694,82

A rubrica de Devedores por acréscimos de rendimentos respeita à contrapartida prevista na alínea a) do nº 1 da cláusula 5ª do DL nº 229/2000 relativa à concessão do jogo de Tróia, para o exercício de 2017.

13. DIFERIMENTOS - Ativos

Decomposição da rubrica de Diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e seu comparativo com 2016:

DIFERIMENTOS	Saldos a	Saldos a
	31-12-2016	31-12-2017
Seguros	18.332,97	4.261,09
Rendas e alugueres	2.343,54	2.014,02
Formação	5.355,00	
Trabalhos especializados	1.255,24	
Outros	444,54	
Total	27.731,29	6.275,11

14. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 50.000 ações, com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 não ocorreram movimentos no número de ações em circulação e as mesmas são detidas pelas seguintes entidades:



Entidade	2016	2017
Câmara Municipal de Grândola	74,10%	74,10%
TROIARESORT, SGPS	25,90%	25,90%
	100%	100%

15. Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital.

Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva Legal	Saldos a 31-12-2016	Saldos a 31-12-2017
Saldo inicial	39.695,80	42.093,48
Aplicação de resultados	2.397,68	13.444,00
Saldo final	42.093,48	55.537,48

O movimento ocorrido no exercício de 2017 respeitou à aplicação dos resultados de 2016.

16. Outras Reservas

As Outras Reservas integram as reservas estatutárias, as quais se destinam a dar cumprimento aos Estatutos da empresa.

A INFRATRÓIA dispõe de uma reserva estatutária denominada reserva de investimento, cujo quantitativo corresponde ao resultado líquido do período deduzido da reserva legal. Esta reserva de investimento terá a utilização que lhe for fixada em Assembleia Geral.

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as outras reservas apresentaram ainda o seguinte movimento:

Reserva Estatutária	Saldos a 31-12-2016	Saldos a 31-12-2017
Saldo inicial	239.155,27	248.745,98
Aplicação de resultados	9.590,71	53.777,61

	Saldos a	Saldos a
	31-12-2016	31-12-2017
Reserva Estatutária		
Saldo final	248.745,98	302.523,59

O saldo integra o montante de -6.935,42 euros, na rubrica "Reserva Ajustamentos de Conversão" que respeita aos ajustamentos de conversão das demonstrações financeiras do referencial contabilístico "POC" Para "NCRF".

O movimento ocorrido no exercício de 2017 respeitou à aplicação dos resultados de 2016.

17. Outras Variações no Capital Próprio

Os valores inscritos na rubrica "Outras variações no capital próprio" referem-se a subsídios ao investimento e impacto do respetivo imposto diferido. Os movimentos ocorridos no exercício de 2017 foram os seguintes:

	Saldos a	Saldos a
	31-12-2016	31-12-2017
Subsídio INALENTEJO (Passadiço)		
Saldo inicial	20.401,13	27.265,28
Subsídio contratualizado em 2017	11.345,70	0,00
Imputação a rendimentos (Nota nº 29)	-5.672,85	-5.672,88
Imposto diferido	1.191,30	1.191,24
Saldo final	27.265,28	22.783,64
Subsídio Fundo Ambiental		
Saldo inicial		0,00
Subsídio contratualizado em 2017		6.017,78
Imputação a rendimentos (Nota nº 29)		-922,50
Imposto diferido		-1.070,01
Saldo final	0,00	4.025,27
Total	27.265,28	26.808,91

18. Provisões

O saldo da rubrica de provisões destina-se à cobertura de obrigações e encargos decorrentes de um processo judicial em curso e respeita a uma estimativa dos pagamentos a serem efetuados pela INFRATRÓIA, com base na informação prestada pelo advogado que acompanha o processo:

	Saldos a	Saldos a
Provisões para Processos Judiciais em curso	31-12-2016	31-12-2017
Saldo inicial		16.608,31
Reforço	16.608,31	4.811,00
Saldo final	16.608,31	21.419,31

19. Fornecedores

Decomposição da rubrica de Fornecedores em 31 de dezembro de 2017 e comparativo com 2016:

Rubricas	Saldos a	Saldos a	Variação
	31-12-2016	31-12-2017	
Fornecedores	294.530,31	349.481,85	54.951,54
Total	294.530,31	349.481,85	54.951,54

20. Adiantamentos de Clientes

Decomposição da rubrica de Adiantamentos de Clientes em 31 de dezembro de 2017 e comparativo com 2016:

Rubricas	Saldos a	Saldos a
	31-12-2016	31-12-2017
Adiantamentos de Clientes	1.153,66	1.153,66
Total	1.153,66	1.153,66

21. Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos com o Estado e Outros Entes Públicos eram os seguintes em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016:

Rubricas	Saldos	Saldos	Saldos	Saldos
	Devedores	Credores	Devedores	Credores
	31-12-2016	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2017
IRC – A pagar / recuperar		25.969,64	15.239,30	
IRS – Retenções na fonte		2.085,85		7.663,19
IVA - Imposto sobre o valor acrescentado	30.098,66		51.321,39	
Contribuições para a segurança social		7.143,62		13.239,25
Outras	256,39			465,87
Total	30.355,05	35.199,11	66.560,69	21.368,31

22.FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são detalhados conforme se segue:

Contratos de Leasing	Montante em Dívida em 2016		Montante em Dívida em 2017		Vencimento	Tipo de Amort.	Tx
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente			
Nº 199282	3.921,89	-	-	-	mar-17	Mensal	7,01%
Nº 207767	5.774,42	6.900,40	5.547,44	-	fev-19	Mensal	2,38%
Total	9.696,31	6.900,40	5.547,44	0,00			

Estes financiamentos relacionam-se com os ativos referidos na nota nº 6.

23.Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2017 a decomposição da rubrica de Outras Dívidas a Pagar e seu comparativo com 2016 eram os seguintes:

Outras Dívidas a Pagar	Saldos a	Saldos a	Variação
	31-12-2016	31-12-2017	
De Credores por Acréscimos de Gastos	395.470,31	490.178,42	94.708,11
Conservação e Reparação	232.944,51	305.527,03	72.582,52
Outros Fornecimentos e Serviços Externos	116.803,52	132.874,20	16.070,68
Remunerações a Liquidar	45.722,28	51.230,50	5.508,22

Outros acréscimos gastos		546,69	546,69
De Fornecedores de Investimento	23.576,37	18.377,18	-5.199,19
Outros Saldos Credores	66.649,59	68.928,73	2.279,14
Total	485.696,27	577.484,33	91.788,06

A rubrica de Conservação e Reparação integra o montante de 178.944,00 euros relativo aos encargos com a renovação das infraestruturas, equipamentos e instalações da Câmara Municipal de Grândola, da responsabilidade da INFRATRÓIA, conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada.

Os investimentos necessários relativos à renovação dos "bens e equipamentos" propriedade do Município de Grândola e que a INFRATRÓIA está a utilizar em regime de aluguer, estimam-se em 2.236,8 milhares de euros, no período do Contrato de Gestão Delegada que é de 25 anos, o que corresponde a um gasto anual de 89.472 euros.

A rubrica de Acréscimos de Gastos de Outros Fornecimentos e Serviços Externos inclui o montante de 38.715,52 euros relativo à renda de 2017 pela utilização da infraestrutura da Câmara Municipal de Grândola (Nota nº 26), conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada, correspondente a 3% do volume de negócios da atividade regulada, no ano anterior.

24. DIFERIMENTOS - Passivos

Decomposição da rubrica de Diferimentos em 31 de dezembro de 2017 e comparativo com 2016:

Rubricas	Saldos a	Saldos a
	31-12-2016	31-12-2017
Rendimentos a Reconhecer - Rendas	825,16	825,16
Total	825,16	825,16

25. RÉDITO

Os réditos reconhecidos pela INFRATRÓIA nos exercícios de 31 de dezembro de 2017 e 2016 correspondem às seguintes receitas obtidas por vendas e serviços prestados:

Rubricas	2016	2017	Variação
Vendas:	219,82	538.476,19	244862,3%
De Água		538.165,50	100,0%
De selos	211,76	310,69	46,7%
Outras	8,06	0	-100,0%
Prestação Serviços:	1.228.142,28	798.803,24	-35,0%
Prestação de serviços-água	702.436,74	234.284,91	-66,6%
Prestação de serviços-saneamento	197.545,03	204.188,90	3,4%
Prestação de serviços-resíduos sólidos	328.160,51	360.329,43	9,8%
Total	1.228.362,10	1.337.279,43	8,9%

Em 2017 passou a reconhecer-se em Vendas o consumo de água (538.165,50 euros), o qual em 2016 se encontrava incluído nas prestações de serviços de água.

26.DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS - Fornecimentos e Serviços Externos

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2017	Variação
Trabalhos especializados	263.948,13	232.085,22	-12,1%
Conservação e reparação	234.646,19	171.739,74	-26,8%
Electricidade	137.823,65	150.800,55	9,4%
Rendas e alugueres	84.641,54	105.583,13	24,7%
Combustíveis	30.051,72	38.587,24	28,4%
Ferramentas e utensílios e outros materiais	44.758,28	35.187,73	-21,4%
Comunicação	31.520,91	25.319,63	-19,7%
Limpeza, higiene e conforto	13.374,09	20.824,60	55,7%
Seguros	10.875,22	16.558,19	52,3%
Serviços bancários	6.576,52	5.853,66	-11,0%
Transportes de mercadorias		4.498,20	100,0%
Contencioso e notariado	1.299,00	2.996,46	130,7%
Honorários	6.239,31	2.801,31	-55,1%
Vigilância e segurança	3.381,88	2.219,75	-34,4%
Material de escritório	2.915,48	2.172,98	-25,5%
Serviços diversos	1.994,65	2.047,70	2,7%
Despesas de representação	2.437,93	1.876,47	-23,0%
Deslocações e estadas	3.344,26	1.763,45	-47,3%
Publicidade e propaganda	316,71	1.639,48	417,7%
Restantes	819,27	2.610,67	218,7%
Total	880.964,74	827.166,16	-6,1%

A rubrica de Rendas e Alugueres, integra o montante de 38.715,52 euros relativos à renda de 2017 pela utilização da infraestrutura da Câmara Municipal de Grândola (Nota nº 23), conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada, corresponde a 3% do volume de negócios da atividade regulada, no ano anterior.

27. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Gastos com Pessoal

Gastos com o pessoal	2016	2017	Variação
Remunerações do pessoal	299.728,94	341.840,39	14,0%
Encargos sobre remunerações	62.984,90	76.459,67	21,4%
Indemnizações	870,78	17.729,14	1936,0%
Formação	402,50	8.870,50	2103,9%
Seguros	2.881,87	7.693,97	167,0%
ACSS		4.951,86	100,0%
Medicina no trabalho/HST	4.775,52	3.122,34	-34,6%
Fardamento	3.333,92	1.813,94	-45,6%
Outros	3.668,05	4.161,17	13,4%
Total	378.646,48	466.642,98	23,2%

O número médio de pessoas ao serviço em 31 de dezembro de 2017 era de 23, e em 31 de dezembro de 2016 era de 25.

28. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)

Imparidades	2016	2017	Variação
Reconhecimento de Perdas por Imparidade	3.708,60	1.004,39	-72,9%
Reversão de Perdas por Imparidade	-6.671,45	-1.222,41	-81,7%
Total	-2.962,85	-218,02	-92,6%

29. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE RENDIMENTOS – Outros

Outros rendimentos	2016	2017	Variação
Outros rendimentos	465.847,02	389.923,46	-16,3%
Casino de Tróia	370.111,37	300.325,22	-18,9%
Fiscalização	10.810,10	19.249,94	78,1%
Licenciamentos	5.749,88	19.271,11	235,2%
Rendas de edifícios	16.729,75	14.579,88	-12,9%
Manutenção de infraestruturas	4.038,79	12.294,84	204,4%
Imputação de subsídios para investimentos	5.672,85	6.595,38	16,3%
Correções relativas a períodos anteriores	15.304,63	2.473,29	-83,8%
Limpeza praias	3.500,00		-100,0%
Diversos	33.929,65	15.133,80	-55,4%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	2.727,53	949,59	-65,2%
Juros de mora	2.554,20	25,00	-99,0%
Restantes	173,33	924,59	433,4%
Total	468.574,55	390.873,05	-16,6%

Os rendimentos da rubrica Casino de Tróia respeitam à contrapartida prevista na alínea a) do nº 1 da cláusula 5ª do DL nº 229/2000 relativa à concessão do jogo de Tróia, e em conformidade com o Ofício do Turismo de Portugal de 17/1/2012.

30. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Outros

Outros gastos	2016	2017	Variação
Contrato Gestão Delegada - encargos	89.472,00	89.472,00	0,0%
Impostos	4.065,49	5.208,05	28,1%
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	554,99	100,0%
Correções relativas a períodos anteriores	14.769,30	11.940,72	-19,2%
Multas Fiscais	48.307,38	225,58	-99,5%
Abates		54,36	100,0%
Indemnizações	130,32		-100,0%
Outros não especificados	2.638,15	14,11	-99,5%
Total	159.382,64	107.469,81	-32,6%

Os Gastos com o Contrato Gestão Delegada no montante de 89.472,00 euros, respeitam aos encargos com a renovação das infraestruturas, equipamentos e instalações da Câmara Municipal de Grândola, da responsabilidade da INFRATRÓIA, conforme previsto no Contrato de Gestão Delegada.

Os valores referentes a estas obrigações de renovação constam do estudo de viabilidade financeira, no "Plano de Investimento (2016-2030)", o qual faz parte integrante do Contrato. Tratam-se de gastos com investimentos de renovação/reposição na infraestrutura cedida pelo Município de Grândola em regime de aluguer, sobre a qual a INFRATRÓIA tem a obrigação de manter e entregar ao Município no final do Contrato em adequada operacionalidade (nº 71.1 do Contrato).

Os investimentos necessários relativos à renovação dos "bens e equipamentos" propriedade do Município de Grândola e que a INFRATRÓIA está a utilizar em regime de aluguer, serão de 2.236,8 milhares de euros, no período do Contrato de Gestão Delegada que é de 25 anos, o que corresponde a um gasto anual de 89.472 euros.

31. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Depreciações e Amortizações

Depreciações e Amortizações	2016	2017	Varição
De Ativos fixos tangíveis	154.252,92	282.193,75	82,9%
De Ativos intangíveis	2.469,82	5.784,85	134,2%
Total	156.722,74	287.978,60	83,8%

32. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE GASTOS – Juros e gastos similares

Juros e gastos similares suportados	2016	2017	Varição
Juros de contratos locação financeira	1.178,84	303,90	-74,2%
Outros gastos e perdas de financiamento	68,96		-100,0%
Total	1.247,80	303,90	-75,6%

33. PARTES RELACIONADAS

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Partes relacionadas	Gastos		Rendimentos	
	2016	2017	2016	2017
Partes Relacionadas – Grupo Sonae	25.535,89	49.646,61	345.335,37	416.170,70
Total	25.535,89	49.646,61	345.335,37	416.170,70

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a Empresa apresentava os seguintes saldos com

partes relacionadas:

Partes relacionadas	Créditos a Receber		Dívidas a Pagar	
	31-12-2016	31-12-2017	31-12-2016	31-12-2017
Partes Relacionadas – Grupo Sonae	46.660,35	27.598,04	0,00	0,00
Total	46.660,35	27.598,04	0,00	0,00

34. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que, nada há a indicar para efeitos do nº 2, alínea e) do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a INFRATRÓIA não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o nº ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2017.

Em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei nº 411/91 de 17 de outubro, a Administração da INFRATRÓIA não tem dívida em mora ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos significativos após 31 de dezembro de 2017 e até à presente data que necessitem de serem divulgados ou ajustados.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Relatório e Parecer

**INFRATROIA – Infraestruturas de
Troia E.M.**
Relatório e Contas

31 de dezembro de 2017



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.635.300 euros e um total de capital próprio de 652.503 euros, incluindo um resultado líquido de 17.634 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada no CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence a rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Solfarroyer, Rua Sousa Martins, 1 - 3º 1069-316 Lisboa, Portugal

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Herminio António Paulos Afonso, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da INFRATROIA – Infraestruturas de Troia E.M. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados,
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o'Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Palácio Sarmomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1050-218 Lisboa, Portugal

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Sociedade com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

29 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.